

# Apropucc vai às ruas no Dia Internacional de Luta do Trabalhador

*Apropucc e Sindicato dos Professores de Campinas e Região protestam contra projeto de lei que amplia a terceirização e iniciativa de ajustes fiscais do governo federal*

Fernanda de Freitas



*Apropucc segue em luta por mais direitos e conquistas!*

A diretoria da Apropucc compareceu ao ato do Dia Internacional de Luta do Trabalhador, 1º de Maio. A entidade se juntou aos movimentos sindicais e sociais de Campinas para lutar contra o projeto de lei que amplia a terceirização, as Medidas Provisórias 664 e 665 – que reduzem direitos como seguro desemprego, pensão, auxílio saúde etc.– e o ajuste fiscal do governo federal.

E os professores atenderam ao chamado das centrais sindicais como forma de dar resposta aos ataques aos direitos e conquistas da classe trabalhadora. Também estão na pauta dos professores as defesas do desenvolvimento econômico-social e da valorização do trabalho do professor, além do combate à privatização dos serviços públicos. Nenhum direito a menos!

## Editorial

A Diretoria da Apropucc, enquanto associação docente e organização por local de trabalho, tem se esforçado para fortalecer o corpo docente da PUC-Campinas e provocar a necessária discussão sobre as questões que afetam seu cotidiano.

Professor/a, você é a favor do uso da avaliação realizada pelos alunos como critério para promoção na carreira? Considera a referida avaliação adequada? Os professores em carreira com 40 horas (pesquisa ou extensão) conseguem desenvolver adequadamente seus projetos e ao mesmo tempo publicar artigos, participar de congressos, de comissões internas na instituição e NDE, ministrando 20 horas-aula semanais?

Defendemos o diálogo com a instituição a partir destes e outros questionamentos que precisam ser discutidos entre os professores de uma forma sistematizada e organizada, a fim de bem diagnosticar possíveis problemas e estabelecer melhores estratégias de atuação na defesa da classe e do trabalho docente.

Fizemos muitos esforços nestes anos para adequar a Associação às novas necessidades. Foram feitas reformas administrativas, financeiras, na comunicação...

No entanto, temos o desafio de melhorar nossa comunicação. Para isso, estamos investindo na publicação mensal do boletim, na atualização e reformulação do site e na publicação bimestral do Jornal da Apropucc. Esperamos que, em breve, possamos oferecer outros canais de escuta da classe docente. Conheça nossa sede, traga as suas reivindicações, comentários, opiniões, críticas e sugestões. A sua participação é muito importante na luta por uma universidade democrática e melhores condições de trabalho.

Fortalecer a Apropucc, valorizar os professores!

NOTA DA APROPUC  
 Em apoio à Professora Lúcia M. Quintan D. Gomes

**CPI dos Trotes: Nota de Apoio da Apropucc | Pag. 2**

**Luta nacional em defesa da Educação Pública | Pag. 4**



**POSSE DO SINPRO**

### Diretores da Apropucc compõem nova diretoria do Sinpro Campinas e Região

Em maio deste ano a diretoria do Sindicato dos Professores de Campinas e Região (Sinpro) tomou posse para o triênio 2015/2018.

Entre os 33 membros eleitos, estão os diretores da Apropucc, Liliana Ap. de Lima, Silvana Suaiden, Ednilson José Arendit e Paulo Cosiuc.

Cerca de 120 pessoas marcaram presença na cerimônia de posse, entre elas, sindicalistas, políticos, professores, representantes dos movimentos sociais e do poder público.

Foi unanimidade entre as falas o reconhecimento de que estamos vivendo um momento difícil de retrocesso político e ataques aos trabalhadores com a retirada de direitos históricos, sendo essencial a unidade da classe trabalhadora.

Durante a posse foi feita homenagem a Maurício Ceolin, professor da PUC-Campinas e diretor do Sinpro, falecido em janeiro deste ano, além do reconhecimento aos valiosos companheiros que presidiram o Sinpro a partir de 1981.

# CPI dos Trotes: Nota de Apoio da Apropucc

No mês de maio a Apropucc protocolou na reitoria da PUC-Campinas uma Nota de Apoio à professora Lúcia M. Quintes D. Gomes pela coragem e exemplo ético de ter sido testemunha na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo que apurou abuso e violações de Direitos Humanos nas Faculdades Paulistas.

A docente teve papel fundamental no que diz respeito à denúncia de trotes violentos e humilhantes que resultaram em constrangimentos aos calouros do curso de Medicina.

A nota, em forma de abaixo-assinado, foi subscrito por 75 docentes da universidade que aproveitaram para prestar solidariedade à professora.

### Comissão finaliza trabalhos

O relatório final da comissão aponta que houve omissão da parte das instituições de ensino superior e recomenda mais de 40 itens a serem apreciados pelos deputados.

Entre os indicativos está a criação de projeto de lei que cria um cadastro de antecedentes, para proibir estudantes com participação comprovada em trotes de se inscreverem em concursos públicos ou processos seletivos de órgãos públicos durante dez anos após a colação de grau.

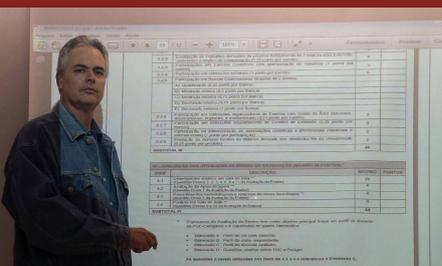
A Apropucc desaprova a conduta de trotes violentos e cobra a punição daqueles que promoveram, por ação ou por omissão, atos vinculados à violação de Direitos Humanos.

### NOTA DA APROPUCC

A Diretoria da Associação dos Professores da PUC-Campinas (Apropucc), juntamente com os professores abaixo assinados, vem manifestar à comunidade interna e ao público seu apoio à Professora Lúcia Maria Quintes Ducasble Gomes pelo exemplo de coragem, compromisso docente e ético levados à prática, além de ter sido testemunha na CPI “Violações dos Direitos Humanos nas Faculdades Paulistas”, no que se refere à PUC-Campinas.

A professora Lúcia, ao exercer o ministério docente no curso de medicina da PUC-Campinas com as disciplinas de Antropologia Teológica, acolheu denúncias de calouros por trotes humilhantes e violentos, assim como de esquema criminoso envolvendo alunos veteranos, médicos e professores. Posicionada na defesa da ética e dos direitos humanos, a docente encaminhou as denúncias, por vias legais e legítimas, às instâncias superiores da Universidade, que, por sua vez, comunicaram os fatos ao Ministério Público de Campinas, cuja investigação encontra-se em fase de apuração.

Dado a gravidade das denúncias e da materialidade de informações levadas à CPI, que são de conhecimento público, esperamos que a Instituição universitária tome as medidas de sua competência para evitar possíveis retaliações, ameaças ou assédio moral às testemunhas e ofereça as condições necessárias para assegurar a integridade destas, assim como reconhecer o valor moral e ético da professora e dos alunos denunciante.



Presidente da Apropucc, Ednilson José Arendit, debate em reunião setorial as reivindicações dos professores

## Reuniões Setoriais discutem demandas dos professores

No mês de maio a Apropucc realizou 10 reuniões setoriais para discutir a carreira, avaliação docente e outros assuntos.

Para dar prosseguimento na consulta à categoria iremos elaborar um questionário sigiloso com a finalidade de conhecer a opinião,

as necessidades e propostas dos professores.

Em breve, a entidade irá distribuir o formulário aos professores, os quais poderão respondê-lo de forma anônima.

Recomendamos que todos respondam o formulário, já que tais informações

irão subsidiar a construção da pauta de reivindicações da categoria.

Enfim, sabemos que as demandas e prioridades levantadas pelos docentes contribuirão, sem dúvida, para conhecermos e defendermos melhor a realidade dos professores



Apropucc integra mesa de abertura da palestra do CES

## Terceirização preocupa classe trabalhadora

*Proposta reduz direitos e garante mais poder de negociação para o empresário*

“Terceirização: quais os prejuízos para o trabalhador?” foi o tema da palestra organizada pelo Centro Nacional de Estudos Sindicais e do Trabalho (CES), a Apropucc e entidades sindicais, após a aprovação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei 4.330 que legaliza o trabalho terceirizado.

O advogado e professor de assuntos jurídicos do CES, José Geraldo de Santana Oliveira, explicou o enorme retrocesso que a medida trará à classe trabalhadora, sem contar os impactos na organização sindical, negociação coletiva e direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho.

Oliveira acredita que se a proposta for aprovada não sobrarão direitos fundamentais sociais para os trabalhadores, já que não haverá categoria profissional, somente terceirizados. Isso significa que as empresas não terão mais empregados contratados diretamente, e sim subempregos. “Nós teremos escolas sem professores contratados, hospitais sem médicos e bancos sem bancários”, denuncia o advogado.

Ele explicou que, ao contrário do que dizem os empresários, não haverá

aumento de emprego nem extensão de direitos para mais de 13 milhões de terceirizados, porque a lei não beneficia os trabalhadores, apenas dá mais poder às empresas.

E, por fim, conclamou todos a impedir que essa proposta seja aprovada, sob a pena de que daqui a alguns anos não sobre nenhum direito.

### Terceirização no setor público

No final de abril o Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região promoveu o debate “Terceirização: aumento da exploração dos trabalhadores e precariedade nos serviços públicos”, com o juiz do trabalho e de Direito do Trabalho na USP, Jorge Luiz Souto Maior.

O encontro discutiu o caráter regressivo dos ataques perpetrados pelo empresariado contra os direitos dos trabalhadores e, principalmente, a privatização no serviço público por meio de Organizações Sociais.

A Apropucc participou dessa atividade por também defender a luta contra esse projeto que impõe a redução dos salários e o aumento da jornada de trabalho.

### MAIORIDADE PENAL

## Movimentos Sociais em Campinas criam frente organizada de luta contra a redução da maioria penal

No dia 1º de julho, após perder a votação da Proposta de Emenda Constitucional que reduzia a maioria penal, na madrugada seguinte (2), o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) conduziu nova votação cheia de manobras regimentais aprovando emenda que reduziu a maioria penal, de 18 para 16 anos, nos casos de crimes hediondos (estupro, sequestro, latrocínio, homicídio qualificado etc.), homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte.

E mesmo que digam que há consenso sobre o tema, as estatísticas demonstram que apenas 1% dos crimes cometidos por adolescentes são de natureza grave, ou seja, contra a vida humana. Estudos da FGV apontam que não se pode concluir que a medida possa levar à diminuição na taxa de crimes violentos no Brasil. Ao contrário, porque o sistema penitenciário demonstra ser uma verdadeira “escola do crime”.

### Campinas contra a redução

Em maio foi realizado o ato “Campinas contra a Redução da Maioridade Penal”, organizado pelo mandato do vereador Gustavo Petta (PCdoB).

O ato marcou a posição da sociedade civil organizada e anunciou a formação de uma frente ampla contrária à redução da maioria. A Apropucc participou do evento e integra as fileiras de combate a essa proposta anticonstitucional que não resolve o problema da violência.

O encontro destacou que políticas e ações de natureza social são importantes para a redução das taxas de criminalidade. E que se faz urgente unir forças para impedir a aprovação dessa proposta que fere o Estatuto da Criança e do Adolescente.

# Luta nacional em defesa da Educação Pública

Professores do ensino público lutam contra os cortes do orçamento e por mais investimento na área



Andes-SN (divulgação)

Greve dos docentes federais completou mais de dois meses

No final de maio a Apropucc encaminhou à Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) “Moção de Apoio à Luta dos Professores Estaduais de São Paulo” em solidariedade ao movimento grevista e também para cobrar abertura de negociação. Confira a moção no site [www.apropucc.org.br](http://www.apropucc.org.br).

Depois de 92 dias de greve, a categoria suspendeu a paralisação, iniciada em 13 de março, pela valorização da categoria e a defesa da Educação.

Os professores reivindicavam não só reajuste salarial e condi-

ções de trabalho, como melhores condições de aprendizagem para os estudantes, gestão democrática, verbas para as escolas, jornada de trabalho, redução do número de estudantes por classe e outros itens.

No entanto, a intransigência do governador Alckmin, que não teve capacidade de negociar ou apresentar alguma proposta, além de criminalizar o movimento com o corte de ponto contribuiu para fragilizar a categoria que decidiu que a ‘resistência não poderia ir além da sobrevivência dos docentes’.

Mesmo assim, a Apeoesp continuará realizando manifestações contra a proposta de reforma do ensino médio e a defesa do ensino público de qualidade.

Professores do Paraná

No país inteiro milhares de professores cruzaram os braços por

questões profissionais e salariais, além de melhorias efetivas para a escola pública. Mas o destaque foi a greve no Paraná marcada pela violência policial ao impedir que grevistas e manifestantes se aproximassem da Assembleia Legislativa. Aproximadamente 170 manifestantes, na maioria professores, ficaram feridos na ação policial.

Greve dos professores federais

Em 28 de maio, Dia Nacional de Mobilização em Defesa da Educação, os docentes federais e os trabalhadores técnico-administrativos em Educação entraram em greve.

Na pauta de reivindicações da categoria está a defesa do caráter público da universidade, melhores condições de trabalho e ensino, garantia da autonomia universitária, reestruturação da carreira docente e valorização salarial de ativos e aposentados.

Até o fechamento desta edição a negociação com o governo federal não havia avançado e 67 universidades e instituições federais continuavam paralisadas.

## Você sabia...

**Em audiência conjunta da Apropucc e do Sinpro realizada no mês de maio com a Pró-reitoria de Graduação e Pró-reitoria de administração, ficou definido que quando existir elevado número de alunos em sala de aula, o professor poderá solicitar ao diretor da Faculdade/Centro a divisão de turma.**

**O Pró-reitor de graduação também considerou a necessidade de orientar os diretores de Faculdade/Centro a solicitarem a abertura de sala quando houver problema de espaço físico, independente de modulação. Professor, professora fiscalize o cumprimento dos seus direitos!**